

CORREIO BRAZILIENSE

- 9 DEZ 1984

Assembleia

## A República e a Constituinte

Com a consolidação da candidatura Tancredo Neves à Presidência da República já se desenham no horizonte as perspectivas políticas abertas à futura administração do País. Sustentado em forças políticas heterogêneas e facções ideológicas conflitantes, o candidato não poderia de imediato compor um programa de governo rígido, capaz de refletir os objetivos a serem colocados como prioridades nacionais. Mas à medida em que se descobrem os pontos de convergência dos segmentos solidários, vai o ex-governador de Minas traçando o perfil básico da estratégia que pretende cumprir logo após a sua posse.

Não foi por outra razão que Tancredo, acusado de não dispor de alternativas à experiência revolucionária dos últimos vinte anos, provocou ao seu redor o encontro das mais diversas categorias da sociedade brasileira, armando seguramente o maior debate já realizado no Brasil ao curso da Terceira República. Consciente de que exerce o papel histórico de recompor em bases nitidamente democráticas as instituições nacionais, o candidato aliancista buscou captar as tendências médias do pensamento político nacional. E, a partir daí, passou a tecer um amplo painel de opções para oferecer ao País, a título de mudança na estrutura social e nos desígnios prioritários do Estado.

Antes disso, o ex-Governador mineiro, embora não o fizesse de forma solene, recusou-se a preparar uma estratégia de governo elaborada a partir de suas próprias idéias e com a ajuda de especialistas. Foi ouvir primeiro o povo, para depois cuidar dessa iniciativa, invertendo sabiamente um processo que se tornou usual no Brasil, o de impor à sociedade planos de governo construídos nos gabinetes refrigerados dos tecnocratas.

Pela primeira vez na experiência republicana, filosofia de governo e estratégia de ação estão nascendo de uma ampla consulta aos setores interessados da sociedade. Já se sabe que, ao assumir a direção do País, Tancredo executará um programa de emergência no contexto de um pacto social que pretende construir com o compromisso de todas as forças ativas da Nação. Será uma espécie de acordo social semelhante ao de Moncloa, na Espanha, que permitiu ao rei Juan Carlos promover a desmobilização do Estado autocrático e a reconstrução das instituições democráticas.

O desarmamento geral dos espíritos e a convocação para a trégua social, amarrando ao mesmo compromisso o capital e o trabalho, irão conceder ao futuro presidente da República os espaços políticos de que necessitará para recolocar o Brasil no leito da estabilidade econômica, social e política.

Mas dentro da ordem geral de compromissos assumida pelo candidato da Aliança Democrática, um desde logo desponta como o mais ambicioso e aquele que irá viabilizar, com a perenidade dos atos sacramentados pela unção da vontade nacional, a conciliação do Estado com a Nação: a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1986. A devolução à soberania popular da competência originária para erguer e dimensionar os poderes da República será seguramente o gesto de fraternidade política capaz de consolidar a vocação do povo brasileiro para a coexistência na democracia representativa, sob a égide do Estado de Direito.

Caminha sobre correta trilha institucional o candidato opositor quando afirma que a invulnerabilidade do regime e a solidez das instituições democráticas dependem do pronunciamento explícito da sociedade, em cima do branco constitucional que antecederá a Constituinte. Órgão soberano da vontade popular e ilimitado em seus poderes, a Constituinte inscreverá na moldura constitucional um novo pacto político, desta vez consagrado a vida duradoura, porque expressão de uma decisão que sobrepassa a todas as outras: a do povo. E só a grandiosidade dessa iniciativa já será suficiente para justificar, diante da História, a eleição de Tancredo Neves.